

NOTAS DE UM FOUCAULT CURRICULISTA PARA PENSAR TERRITÓRIOS EM DISPUTA

NOTES FROM A CURRICULIST FOUCAULT TO THINK ABOUT DISPUTED TERRITORIES

NOTAS DE UN FOUCAULT CURRICULISTA PARA PENSAR LOS TERRITORIOS EN DISPUTA

Maria Carolina da Silva Caldeira¹ 0000-0003-0668-1989

Danilo de Araújo Oliveira² 0000-0003-3222-3172

Rafaela Esteves Godinho Leal³ 0000-0002-1410-6645

¹ Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; mariacarolinasilva@hotmail.com

² Universidade Federal do Maranhão – São Luís, Maranhão, Brasil; oliveira.danilo@ufma.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; rafaelegodinho@yahoo.com.br

RESUMO:

Desde os anos 1990, as contribuições dos estudos pós-estruturalistas se fizeram muito presentes na área da educação, de modo geral, e no campo dos estudos de currículo, de forma mais específica. Nesses mais de 30 anos, diferentes conceitos e modos de pensar desenvolvidos por Michel Foucault, um dos principais autores vinculados ao que se convencionou chamar de pós-estruturalismo, foram apropriados pelo campo curricular. Neste artigo, temos como objetivo, a partir de alguns ditos e escritos de Foucault, articulados aos modos como currículos têm sido pensados e problematizados na pesquisa educacional, imaginar um Foucault curricularista que cria caminhos para as análises curriculares. Para isso, construímos algumas notas teórico-metodológicas que entendemos que podem ser úteis para pensar diferentes aspectos que envolvem os currículos: políticas curriculares, artefatos culturais, práticas curriculares desenvolvidas nas escolas, entre outros. Argumentamos que a inserção de conceitos foucaultianos, como relações de poder-saber, governo, governamentalidade, posições de sujeito, subjetividade e modos de subjetivação, produziu mudanças significativas nos modos como os currículos são pensados e ainda tem potencial para problematizar o campo educacional.

Palavras-chave: currículo; Michel Foucault; relações de poder-saber; modos de subjetivação.

ABSTRACT:

Since the 1990s, the contributions of poststructuralist studies have been strongly present in the field of education in general and in the field of curriculum studies more specifically. Over these more than 30 years, different concepts and ways of thinking developed by Michel Foucault, one of the main authors associated with what has become known as poststructuralism, have been appropriated by the curricular field. In this article, we aim to imagine a Foucault as a curricularist who creates pathways for curricular analysis, drawing on some of Foucault's sayings and writings, linked to the ways in which curricula have been conceived and problematized in educational research. To this end, we have constructed some theoretical and methodological notes that we believe may be useful for considering different aspects involving curricula: curricular policies, cultural artifacts, curricular practices developed in schools, among others.

We argue that the insertion of Foucaultian concepts such as power-knowledge relations, discourse, government, governmentality, subject positions, subjectivity and modes of subjectivation produced significant changes in the ways in which curricula are thought and still has the potential to problematize the educational field.

Keywords: curriculum; Michel Foucault; power-knowledge relations; modes of subjectivation.

RESUMEN:

Desde la década de 1990, las contribuciones de los estudios postestructuralistas han estado fuertemente presentes en el campo de la educación en general y en el de los estudios curriculares en particular. A lo largo de estos más de 30 años, diferentes conceptos y formas de pensamiento desarrollados por Michel Foucault, uno de los principales autores asociados con el postestructuralismo, han sido apropiados por el campo curricular. En este artículo, nos proponemos imaginar un Foucault como curriculista que crea vías para el análisis curricular, a partir de algunos de sus dichos y escritos, vinculados a las formas en que los currículos han sido concebidos y problematizados en la investigación educativa. Para ello, hemos elaborado algunas notas teóricas y metodológicas que creemos pueden ser útiles para considerar diferentes aspectos relacionados con los currículos: políticas curriculares, artefactos culturales, prácticas curriculares desarrolladas en las escuelas, entre otros. Argumentamos que la inserción de conceptos foucaultianos como relaciones poder-saber, discurso, gobierno, gubernamentalidad, posiciones de sujeto, subjetividad y modos de subjetivación produjo cambios significativos en las formas en que se piensan los currículos y aún tiene el potencial de problematizar el campo educativo.

Palabras clave: currículo; Michel Foucault; relaciones poder-saber; modos de subjetivación.

Introdução

Nota (substantivo feminino): 1. Indicação curta para lembrar alguma coisa; marca. 2. Comentário sucinto; esclarecimento. 3. Avaliação sobre o trabalho de alguém; conceito dado pelo professor ao aluno. 4. Apontamentos que se tomam acerca de um assunto sobre o qual se vai discorrer ou escrever (Dicio, 2025).

Como pensar em “indicações curtas para lembrar alguma coisa” ao nos debruçarmos sobre o pensamento de um filósofo com uma vasta obra, que procurou analisar objetos tão distintos como a história da loucura, as prisões, o surgimento da clínica médica, as ciências humanas e a história da sexualidade? De que forma fazer um comentário sucinto, um esclarecimento, quando o pensamento do autor em questão faz críticas a essas noções e a esses modos de operar típicos de uma determinada formação discursiva? Fazer uma avaliação sobre o trabalho desse mesmo autor, que se dedicou a analisar como os exames funcionam em uma lógica disciplinar, nem pensar! Talvez, o sentido de “nota” que mais se aproxime do exercício teórico que pretendemos fazer neste texto seja o de “apontamentos que se tomam acerca de um assunto sobre o qual se vai discorrer ou escrever”. Partindo desse entendimento, pretendemos aqui retomar notas que, ao longo do tempo e de diferentes pesquisas e estudos que realizamos,

procuramos escrever para pensar os currículos *com* Foucault, em um exercício que não é de síntese ou de simplificação, mas de pensar caminhos para tensionar os currículos na sua articulação com conceitos foucaultianos.

Produzimos essas notas com base nos “pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (Foucault, 2000a, p. 15) que produzimos ao longo do tempo em que temos nos dedicado a pensar currículos *com* Foucault. Tornamos a embaralhar, riscar, reescrever nossas próprias ideias e, inspirados/as em outros ditos e escritos do autor, imaginamos, supomos e ficcionamos como seria um Foucault curricularista. Ainda que Foucault não tenha escrito ou pensado sobre currículo, seus conceitos têm sido amplamente mobilizados por variadas pesquisas do campo educacional¹. Alfredo Veiga-Neto (2003, p. 8) já havia alertado sobre a necessidade de tomar o “[...] que ele [Foucault] escreveu sobre o sujeito, os saberes, os poderes e as instituições modernas, mas que também discutisse o que se pode e o que não se pode fazer com ele e a partir dele e o quão produtivo tudo isso é para a Educação”. Essa provocação apresentada por Veiga-Neto há mais de 20 anos torna-se ainda mais premente quando pensamos quantos conceitos e ideias foucaultianos foram incorporados na pesquisa educacional.

Anderson Ferrari e Danilo Araujo de Oliveira (2020), por exemplo, fizeram um levantamento sobre como o pensamento do autor está presente em trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pesquisas em Educação (ANPEd), especificamente no GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação. A pesquisa foi feita na página oficial da ANPEd, considerando o período de existência do GT (2006 – 2019). Segundo os autores, do total de “167 trabalhos disponibilizados na página, distribuídos nas 11 reuniões anuais, 89 deles citaram ou tomaram como referência algum livro de Michel Foucault, de maneira que podemos afirmar que ele é o autor mais utilizado nos trabalhos apresentados no GT” (Ferrari; Oliveira, 2020, p. 817).

Os autores também mostram que, na articulação entre gênero, sexualidade e Foucault, o conceito de currículo também é mobilizado, mostrando as interconexões entre as temáticas. Um levantamento semelhante a esse ainda está por ser feito no GT – 12 de Currículo da mesma associação, para compreendermos de forma mais efetiva como o pensamento foucaultiano tem sido apropriado no campo do currículo. Apesar da ausência de um levantamento sistemático, é possível inferir que há uma influência, como evidencia a pesquisa desenvolvida por Júlio

¹ Somente no âmbito das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas (GECC/FaE/UFGM) do qual fazemos parte, citamos algumas, dentre tantas dissertações e teses que utilizaram conceitos foucaultianos e metodologias com ferramentas com inspiração do autor (Freitas, 2008; Silva, 2008; Sales 2010; Caldeira, 2016; Evangelista, 2016; Oliveira, 2021; Leal, 2025).



Aquino (2018), que analisou 401 artigos publicados na área da educação e identificou que 19 trabalhavam com os conceitos foucaultianos no campo do currículo, mostrando como o pensamento do autor se faz presente em pesquisas curriculares.

Esses levantamentos, longe de fazerem um mapeamento exaustivo do campo, permitem concluir que o “[...] empreendimento dos estudos foucaultianos na educação resulta multifacetado e copioso, tendo adquirido amplitude e consistência argumentativas ao longo dos últimos anos” (Aquino, 2018, p. 66). Essa influência se faz presente no campo do currículo que, desde os anos 1990, tem procurado incluir referências pós-estruturais em suas análises.

Muito dessa influência deve-se ao trabalho de tradução e divulgação realizado por Tomaz Tadeu da Silva, em meados dos anos 1990, de textos de autores/as que estavam trabalhando com conceitos pós-estruturais para realizar análises educacionais em diferentes países do mundo. Livros como “Identidades terminais: as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia” (Silva, 1994); “Alienígenas na sala de aula” (Silva, 1995a) e “O sujeito da educação: estudos foucaultianos” (Silva, 1995b) e mostravam como conceitos foucaultianos estavam sendo usados para problematizar a educação. Ao serem traduzidos, provocaram “uma multiplicidade de pesquisas e trabalhos que pensam a educação, a pedagogia, o currículo e outras práticas educativas de modo diferente do que até então vinha sendo pensado” (Paraíso, 2004, p. 286).

Na articulação com Foucault, entendemos que muitos aspectos já foram abordados, mas outros ainda merecem análise e discussão, como pretendemos mostrar com as notas que compõem este texto.

Nosso interesse aqui não é fazer um levantamento de quais e como as pesquisas têm incorporado o pensamento foucaultiano para problematizar currículo. Buscamos discutir como diversos dos conceitos desenvolvidos por Michel Foucault podem nos ajudar a pensar o currículo. Inspiramo-nos no trabalho realizado por Sandra Corazza e Tomaz Tadeu da Silva (2003) na elaboração da figura de um Nietzsche curricularista, para, a partir dessa perspectiva inventiva, pensarmos as contribuições foucaultianas ao campo. Ao final, fabulamos como seria a reação de Foucault ao ser interpelado pela pergunta: Foucault, curricularista? Assim como a autora e o autor mobilizaram Nietzsche para deslocar o pensamento curricular das tradições normativas e prescritivas, buscamos acionar Foucault para problematizar o currículo como dispositivo de produção de saberes, poderes, subjetividades e modos de subjetivação.

Nos primeiros estudos desenvolvidos no campo curricular, no início do século XX, um/a curricularista era pensado como aquele/a que produz currículos para serem implementados nas

escolas. Todavia, neste artigo, queremos pensar o/a curriculista como alguém que problematiza os currículos, procurando multiplicar os sentidos e significados disponibilizados por meio dos currículos. Um/a curriculista, nesse entendimento, não é alguém que formula, organiza ou prescreve saberes, conhecimentos, conteúdos e práticas escolares, tampouco alguém que implementa um currículo pensado em outras esferas. Também não é alguém que apenas planeja uma política curricular para ser implementada em uma ou mais escolas. É, sobretudo, aquele/a que problematiza o currículo como campo de disputas, contestações, alianças, invenções, experimentações e produção de modos de existência. O/a curriculista é também aquele/a que aposta na produção curricular como invenção constante, produção interessada, espaço de criação e experimentação. Um/a curriculista é alguém também que produz e cria currículos, como uma ação intelectual e permeada pelas relações de poder-saber. Isso quer dizer que ele/a mobiliza as teorias de currículo e um amplo arcabouço de conceitos para constituir currículos vitalícios, isto é, conectados com a vida (Paraíso, 2023).

Há muitos modos de compreender o que é currículo, a partir de perspectivas distintas, mas algo que parece ser comum é o fato de currículo ser um *território contestado* (Moreira; Silva, 1994). Ser curriculista, portanto, é assumir o currículo como prática social, discursiva e política, capaz de fabricar mundos, sujeitos e saberes, tensionando as verdades que organizam as formas de ensinar, aprender e viver. Objetivamos, assim, a partir de alguns ditos e escritos de Foucault, articulados aos modos como currículos têm sido pensados e problematizados na pesquisa educacional, imaginar como conceitos foucaultianos ajudam a criar caminhos para as análises curriculares. Argumentamos que a inserção de conceitos foucaultianos, como relações de poder-saber, discurso, governo, governamentalidade, posições de sujeito, subjetividade e modos de subjetivação, produziu mudanças significativas nos modos como os currículos são pensados e ainda tem potencial para problematizar o campo educacional.

A assertiva de currículo como um território em disputa torna muito pertinente o uso do conceito de *relações de poder* do filósofo francês para compreender as complexas dinâmicas de contestação, contenda, controvérsias que constituem todo e qualquer currículo. Isso nos leva a olhar o currículo como um artefato, arte feita, produzido com intencionalidade, mas sem unanimidade. O modo como determinado currículo é produzido é sempre passível de contestação. Os interesses, os desejos e os quereres de um currículo são, necessariamente, resultados de múltiplas correlações de força. E talvez esteja aqui uma primeira nota de um Foucault curriculista.

Nota 1 – Problematizar as microrrelações de força em um currículo para fazer emergir as resistências

Partindo da noção de currículo como território em disputa, estudar currículos implica realizar uma analítica das relações de poder que constituem esse território. Um Foucault curricularista estaria interessado, então, em compreender como se articulam diferentes forças para compor um currículo. No entanto, para isso, problematizaria o próprio conceito de poder, por entender que aquele construído nas perspectivas sociológicas comumente utilizadas na pesquisa educacional brasileira pode restringir compreensões outras sobre os modos como os currículos são produzidos. O filósofo já havia dito que, em geral, as teorias do poder o entendem como “[...] os efeitos de dominação que estão ligados à existência de um Estado e ao funcionamento dos aparelhos de Estado” (Foucault, 2006, p. 231). Porém, essa compreensão de poder limita a análise curricular às políticas de currículo estatais, aos currículos oficiais ou aos currículos maiores (Paraíso, 2023). Essas análises, embora importantes, mostram apenas uma das facetas daquilo que o currículo é e produz. É preciso, então, buscar, nos escritos desse Foucault curricularista aqui ficcionalizado, outro modo de pensar o poder para entender as disputas que se dão no território curricular.

Um entendimento do poder como difuso, descentralizado, presente nas diversas esferas sociais, cujo sentido de “dominação” se dá por um “[...] efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e, às vezes, reconduzido pela posição dos que são dominados” (Foucault, 1999, p. 27), parece mais produtivo para analisar currículos com Foucault. Mesmo quando pensamos em políticas curriculares centralizadoras, é importante lembrar que o poder não apenas emerge das esferas mais altas atingindo aqueles/as que estão embaixo. Pelo contrário, o poder vem de todos os lados e sua capilaridade é justamente o que faz com que ele possa permear os mais diversos aspectos da vida e dos currículos. São as correlações de força estabelecidas que fazem com que um determinado currículo adquira um *status* de verdade que se traduz, por exemplo, em uma política curricular. Nessa perspectiva, cabe entender o poder como uma estratégia sem um estrategista que funciona graças “[...] a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (Foucault, 1999, p. 27). Mapear esses diferentes elementos, mostrando como eles articulam diferentes posições que deixam marcas nos currículos é algo que um Foucault curricularista pode nos ajudar a pensar.

Além de entender o poder como um resultado de múltiplas forças que se conjugam para ter um efeito de sentido uniforme, outra ideia de um Foucault curricularista é a relação intrínseca entre poder e saber. Se, em outras perspectivas teóricas, argumenta-se que o saber

liberta as pessoas das relações de poder, por meio de um trabalho político de conscientização, um Foucault curricularista está interessado em mostrar que o poder produz saber, pois “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1999, p. 27). Nesse sentido, o saber não é neutro, nem libertador. Ele não é o “outro” do poder, seu oposto, pois ambos estabelecem uma relação intrínseca para funcionarem em determinados contextos. Para funcionar, o poder precisa acionar diferentes saberes a fim de melhor se exercer sobre os indivíduos. Considerando que o conceito de saber é bastante importante nas teorias de currículo, compreender as relações entre saber e poder é outra contribuição que um Foucault curricularista traz para pensarmos o currículo.

Nessa perspectiva, saber se refere ao “[...] conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva” (Foucault, 1972, p. 220). Considerando que uma das contribuições mais significativas do pensamento foucaultiano incorporado às pesquisas curriculares foi entender o currículo como um discurso, analisar currículos significa identificar os elementos que, regularmente, aparecem nesse currículo, funcionando para fazer com que ele seja reconhecido como verdadeiro. Na perspectiva foucaultiana, o discurso não pode ser confundido com a fala, com os escritos, com os atos performativos. Ele se refere a “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1972, p. 154). Ou seja, o discurso estabelece as regras que permitem que certos enunciados funcionem como verdadeiros. Para isso, saberes são articulados e colocados em circulação por meio dos discursos.

No contexto das análises curriculares, o saber se refere àquilo que sustenta esse currículo, dando-lhe condições de inteligibilidade, veracidade e de reconhecimento pela comunidade discursiva na qual ele se insere. Assim, investigar os saberes presentes no currículo tem a ver com a análise das disputas que se estabelecem para que algo seja reconhecido como verdadeiro, necessário e digno de compor aquele currículo. A partir desse entendimento, podemos fazer algumas indagações, como: Por que esse saber e não outro a compor um currículo? O que justifica e permite que determinados saberes estejam no currículo e não outros? Quais saberes são reconhecidos? Quais relações de poder-saber estão intrinsecamente produzindo um currículo de tal forma? Como determinados saberes são constituídos como verdade em um currículo?

Essa concepção parte do princípio de que os saberes não são intrinsecamente

verdadeiros. Pelo contrário, o reconhecimento de um saber como verdadeiro para ser ensinado nas escolas se dá pela sua inserção em determinado discurso que o torna verídico, posto que, para Foucault (1972), os discursos são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Tais práticas são fabricadas na relação entre poder e verdade, produzindo os “regimes de verdade”. Trata-se de discursos que são posicionados como verdadeiros e adquirem *status* de verdade em determinada sociedade, por meio das disputas das relações de poder. Isso implica analisar os saberes tradicionalmente escolares, vinculados às disciplinas curriculares, e também as outras relações que se estabelecem entre saberes diversos, advindos das mais diferentes práticas discursivas e que se encontram no currículo escolar. Essa é uma ideia potente para pensar a produção de currículos que não se vinculem somente aos saberes dos grupos que exercem poder em determinado momento, mas para incorporar nos currículos saberes subalternizados, dissidentes, apagados. Além disso, a análise empreendida por um Foucault curricularista pode preocupar-se em mostrar o que fez com que certos saberes fossem excluídos de um currículo, dando visibilidade às relações de poder que os tornaram menos visíveis. Entendemos, também, que a análise dos saberes que constituem os currículos e as lutas que fizeram com que determinados saberes se constituíssem como verdadeiros é algo que ainda pode ser muito aprofundado no campo curricular, dando destaque a saberes que não se vinculam diretamente às tradicionais disciplinas escolares.

Isso porque o campo do currículo, muitas vezes, centra-se na discussão sobre o conhecimento que “[...] se refere aos elementos que são institucionalizados dentro de uma prática discursiva considerada científica e que, por isso, adquirem status de verdadeiro” (Caldeira; Paraíso, 2017, p. 771). Um conhecimento associa-se às práticas de verificação da ciência para se afirmar e fortalecer como legítimo. Porém, um currículo é composto por vários outros elementos e culturas que não estão dentro do que é considerado científico em dado momento, que não se constituem em conhecimentos, caracterizando-se, contudo, como saberes que estão disputando seu espaço. Assim, essa distinção pode nos auxiliar a ver aquilo que compõe e luta em um currículo, multiplicando nossas possibilidades de análises.

Analisar saberes e conhecimentos, articulando ao entendimento foucaultiano de poder, possibilita-nos também pensar nas microrrelações, nas “[...] relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas” (Foucault, 2006, p. 231) nos currículos em ação, nos currículos cotidianos, nos microcurrículos, nos currículos menores que fazem emergir pequenas táticas locais. O mapeamento dessas microrrelações de força cotidianas muito interessa ao campo curricular. Isso porque, ao falar do poder desse modo, não estamos falando de uma espécie de

dominação brutal, mas de relações de poder sempre reversíveis, tendo em vista que “[...] não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (Foucault, 2006, p. 232). Aqui está, portanto, um espaço sempre disponível e aberto para a resistência.

Nas notas que produzimos para os estudos que realizamos com Foucault, a possibilidade, a abertura, a mudança sempre foram aspectos centrais, porque sabemos que a força de um currículo está nas resistências que sempre existem nele. Acreditamos nisso, pois poder e resistência não são opostos, mas coexistem na vida e nos currículos. Entendemos que “[...] é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência” (Foucault, 2006, p. 232). Assim, analisar as microrrelações de poder é estar sempre atento/a às resistências que se produzem e às reconfigurações que as relações de poder precisam estabelecer para se modificarem ante às resistências.

Talvez, pela potência da resistência, vemos pairar sobre o território curricular tentativas variadas de impor, prescrever, ditar o que deve ser considerado como saber, conhecimento e verdade em um currículo. Isso ocorre, por exemplo, quando formas de funcionamento do poder de Estado fixam e instituem políticas curriculares que tentam retirar a autoridade docente na produção curricular. Também emerge quando as políticas curriculares querem deslegitimar as culturas locais, banir temas como gênero e sexualidade no currículo e subestimar determinadas áreas do conhecimento (como História, Filosofia e Sociologia). Trata-se de táticas de poder para impedir e minar a força das resistências, já que elas sempre existem e não se deixam silenciar pelas tentativas de fixação do poder.

Por ser um processo e não um produto, as relações de poder também precisam permanentemente se reconfigurar, se realinhar, estabelecer novas formas de se exercerem. Esse processo de reconfiguração das relações de poder-saber também foi foco da análise de Foucault, nos diferentes deslocamentos que fez ao longo de sua produção. Como relações de poder-saber se sofisticam, se atualizam, se modificam também em um currículo, cabe a um/uma curricularista ficar atento/a às suas constantes mudanças, mapeando as estratégias, descrevendo as lutas que emergem, mas também as resistências que podem inspirar muitos/as outros/as curricularistas em seus enfrentamentos diários na constituição de currículos. Um modo específico como o filósofo analisou as relações de poder tem sido particularmente útil em análises curriculares, como indicamos em nossa segunda nota.

Nota 2 – Pensar *com* Foucault a governamentalidade e a constituição de modos de existir na produção curricular

Michel Foucault, quando em seu movimento de pesquisas, desloca a noção de poder para a noção de governo, fazendo-nos pensar na análise curricular por um viés positivo aos termos poder e saber. O filósofo francês entende governo não como uma instância de decisões nos sistemas estatais, mas como “[...] mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (Foucault, 2014a, p. 13). O currículo, sob essa perspectiva, atua governando os sujeitos da educação ao dirigir suas condutas, posto que ele induz, incita, interdita e também pode bloquear ideias, pensamentos e ações. Para compreender essa forma de governo exercida por meio do currículo, é necessário localizar e analisar o funcionamento das estratégias, dos mecanismos, dos procedimentos e das técnicas de governo colocadas em funcionamento na produção de determinados tipos de sujeitos da/na educação.

Inicialmente, Foucault desenvolve a noção de governamentalidade na obra “Segurança, território e população” - aulas do final da década de 1970 que abordam o problema do Estado e da população. Ele operou com noção de governamentalidade como um conjunto de procedimentos, técnicas, cálculos e táticas que exercem uma forma de poder “[...] que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (Foucault, 2014b, p. 429). Esse modo de analisar as relações de poder que se exercem do Estado para as populações, na perspectiva desenvolvida por Foucault, muda a mentalidade do governo, mas - mais do que isso - promove um governo da/pela mentalidade que é entendido como governamentalidade.

Trata-se de diferentes formas de governar. Em cada tempo histórico é possível identificar e analisar a constituição de formas de governo específicas que desejam produzir determinados tipos de sujeitos. Nas sociedades contemporâneas, por exemplo, é possível observar uma forma de governo neoliberal em que as ações dos sujeitos são conduzidas pela lógica do mercado, orientadas para o lucro e a concorrência. Para essa governamentalidade neoliberal funcionar, operam-se dispositivos como o da inovação, na produção, por exemplo, de sujeitos que concorrem entre si para se tornarem inovadores (Leal, 2017). Essa lógica opera em diferentes espaços, inclusive nos currículos da educação básica e do ensino superior.

Contudo, Michel Foucault, em suas pesquisas posteriores à década de 1970, faz um deslocamento da noção de governamentalidade para o estudo da ética, ou seja, para a relação do sujeito para consigo. Nessa compreensão, ele retoma a noção de governamentalidade como

“[...] o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 2014c, p. 266). Dessa forma, Foucault integra as ferramentas de estudo da ética com as da governamentalidade, desenvolvendo uma analítica da governamentalidade a partir da interseção entre as técnicas de dominação e as técnicas de si.

Assim, a governamentalidade se constitui em uma ferramenta potente na análise da produção curricular pelo contato entre as técnicas de poder que são exercidas pelos/as outros/as e aquelas que são exercidas pelo sujeito sobre si mesmo. As técnicas de dominação ou técnicas de governo são compreendidas como “[...] técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a alguns fins ou à dominação, objetivam o sujeito” (Foucault, 2014c, p. 266). Portanto, as técnicas de poder operadas na produção do currículo conduzem as ações docentes e discentes na educação. Em outros termos, a forma como se dirigem as ações e os modos de ser e pensar de docentes e discentes no currículo é operada por uma série de técnicas, procedimentos e estratégias que atuam na produção de subjetividades. Na concepção foucaultiana, “[...] o sujeito não constrói sentidos de maneira livre, mas sim por meio de diversos sistemas de restrições e incitações” (Paraíso, 2007, p. 54) que vão atuar na fabricação de subjetividades.

Mas não só as restrições atuam nesse sentido, posto que essas técnicas são articuladas às operações que os sujeitos exercem sobre si. Isso porque eles produzem suas próprias verdades, exercícios e práticas de si na constituição de si mesmos. No contexto curricular, docentes e discentes criam modos de ser que mantêm ou rompem com a normatividade produzida na governamentalidade. Os exercícios que o currículo os incita a fazer podem produzir uma ação ética, que os distancia do governo dos outros. Nesse trabalho ético, podem ser produzidos modos de existência diferentes daqueles normalizados pela constituição curricular. Isso ocorre quando o sujeito efetua alguma ação “[...] sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas também para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (Foucault, 2014c, p. 34). Mapear esses modos outros de existência é um exercício que a analítica da governamentalidade pode nos ajudar a fazer nas pesquisas curriculares.

Ademais, o currículo é entendido como produzido nos jogos de verdade, aqueles “[...] jogos entre o verdadeiro e o falso por meio dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (Foucault, 2014c, p. 11). Em outras palavras, um Foucault curricularista possibilita analisar por meio de quais jogos de verdade o currículo é constituído, entendendo-o, assim, como território em disputa e que deseja

determinados tipos de sujeitos da/na educação.

Com o conceito de governamentalidade, podemos problematizar o currículo como tecnologia de governo das condutas, que atua na gestão dos desejos, dos afetos e dos corpos, delineando o que pode ser vivido, dito e aprendido como experiência histórica. Podemos analisar de que maneira um currículo pode atuar a partir de determinadas técnicas de dominação para normalizar condutas e modos de ser. Nesse sentido, podemos discutir como o currículo regula e dirige subjetividades por meio de táticas que naturalizam certas formas de ser, viver e saber e como isso constitui sujeitos governáveis, ou seja, sujeitos moldados para responder às expectativas normativas da escola, da ciência e do Estado. Isso significa que podemos mapear os modos como o currículo participa da produção de subjetividades normalizadas, mas também mostrar a emergência de subjetividades desviantes, ininteligíveis ou dissidentes, que operam determinadas técnicas de si, para se conduzirem de outras maneiras. Com isso, queremos dizer que a governamentalidade é constituída e atravessada por resistências — especialmente quando se analisa como os sujeitos escapam às normas, tensionam os currículos e forjam novas formas de existência nas brechas daquilo que está/foi instituído.

Na contemporaneidade, a governamentalidade se atualiza nos currículos por meio de falas de responsabilização individual que deslocam os efeitos das políticas para as práticas dos sujeitos, criando lógicas meritocráticas que silenciam as desigualdades. Por isso, pensamos também os efeitos da racionalidade neoliberal no campo educacional e como ela se inscreve no currículo por meio de ditos como o da “autoformação”, do “protagonismo juvenil”, da “autogestão do aprendizado” – dispositivos que mascaram relações de poder e desigualdades estruturais. Pensar a constituição de modos de existir no currículo é também experimentar a análise da ética como estética da existência: o currículo como um espaço para a criação de si e não como imposição de formas de vida pré-definidas, como iremos aprofundar na nota 4. Podemos mobilizar a ética foucaultiana na análise curricular não como código moral, mas como experiência de liberdade. Podemos pensar, talvez, com a pergunta: Como um Foucault curricularista pode explorar o currículo como campo de experimentações, em que é possível fazer da vida uma obra de arte?

Fazer aparecer essas lutas multiformes a cada instante, essa agitação perpétua que envolve os saberes, é uma tarefa importante de todo/a curricularista. Isso porque essas lutas estão diretamente envolvidas na produção de algo. Assim, outra contribuição importante que encontramos nas notas que produzimos ao longo de nossas pesquisas *com* Foucault é a de que “[...] as relações de poder são, antes de tudo, produtivas” (Foucault, 2000c, p. 236), porque é

por meio delas que verdades são estabelecidas, saberes são definidos como dignos para serem ensinados e subjetividades são demandadas e produzidas. Analisar as relações de poder e de governo parece-nos, portanto, uma tarefa inescapável, pois, mesmo que não se diga diretamente, toda pesquisa com currículo se ocupa com aquilo que esse currículo está produzindo. Particularmente, parece-nos potente pensar em que sujeito esse currículo quer produzir, o que nos leva para a próxima nota: a questão do **sujeito**.

Nota 3 – Todo currículo quer um sujeito? Como fazer um sujeito abrir-se a múltiplos processos de subjetivação?

Ao vasculharmos nossas notas no trabalho com Foucault, ainda que reconheçamos a importância da análise das relações do poder, deparamo-nos com uma afirmação do filósofo que nos leva a pensar em outros aspectos para analisar currículos. Foucault afirma que o objetivo do seu trabalho “[...] não foi analisar o fenômeno do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise”, foi, ao contrário “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Essa concepção tem influenciado sobremaneira os estudos sobre currículo, de tal forma que uma famosa curricularista, que nos incentivou a perguntar o que um currículo quer, afirmou que “[...] invariavelmente, quando perguntado, um currículo costuma responder que quer ‘um sujeito’, que lhe permita reconhecer-se nele. Por isto, qualquer currículo, seja ele qual for, tem ‘vontade de sujeito’” (Corazza, 2001, p. 15).

A provocação feita por Sandra Corazza, bem como a relação estabelecida por Foucault entre poder-saber e sujeito, tem vários ecos no campo curricular. Algumas pesquisas curriculares têm se voltado a entender que sujeito um currículo quer. Para isso, alguns conceitos emergem nas notas que temos produzido ao longo do tempo no movimento de pensar currículo com Foucault. *Sujeito, processos de subjetivação, modos de subjetivação, posições de sujeito, subjetividades* tornaram-se centrais em muitas pesquisas do campo curricular. Em nossas notas, já tentamos fazer vários exercícios de distinguir cada um desses termos para entendermos melhor as implicações de cada um deles para as pesquisas que desenvolvemos. Fazemos isso porque a produção de sujeitos se dá em múltiplas frentes, operada por diversificadas estratégias e mapear esse processo nos auxilia a ver os ordenamentos e as potências existentes nos currículos que analisamos. É preciso, porém, ter cuidado nesse exercício para não fixar os conceitos e tratá-los de forma engessada, deixando de pensá-los como ferramentas e procurando apenas identificar esses conceitos em nosso material teórico. Em nossas notas, encontramos,

por exemplo, a distinção entre sujeito, subjetividades, posições de sujeito, modos e processos de subjetivação e modos de vida. Procuramos destacar como entendemos esses conceitos, mas sem fixá-los ou sem fechar os sentidos possíveis, atentando sempre para a multiplicidade e a polissemia de sentidos.

As perspectivas pós-estruturalistas ou da filosofia da diferença foram algumas das principais responsáveis por mostrar que o sujeito é uma produção, ou seja, ele não existe desde sempre, mas é inventado, forjado, construído peça por peça nos diferentes processos discursivos, nas relações de poder-saber que o marcam e normalizam, nas técnicas de si que ele exerce sobre si mesmo. O sujeito tem uma história e essa história é marcada por incoerências, lutas, disputas e cisões que o marcam e o definem com características específicas.

Como o sujeito produzido em múltiplos espaços, um Foucault curricularista está preocupado em mostrar como o currículo está envolvido nesse processo, já que os modos de funcionamento de um currículo, os conhecimentos e os saberes tidos como verdades e selecionados em meio a tantos outros possíveis estão centralmente envolvidos nos tipos de sujeito que um currículo quer produzir, assim como com os tipos de sujeito que se quer distantes, apagados e excluídos, até mesmo exterminados. Tais discussões também se aplicam ao conceito de subjetividade que, desde uma perspectiva foucaultiana, não é entendida como interiorizada, mas sim como o produto resultante dos múltiplos processos de subjetivação. Desse modo, sujeito e subjetividade podem ser entendidos como conceitos correlatos.

Entretanto, como afirma Marlucy Paraíso (2010a, p. 47), muitas vezes não conseguimos “[...] sequer imaginar como os conteúdos, conhecimentos, temas e disciplinas que são selecionados para formar o ‘tal sujeito’ demandado pelo currículo poderão produzir os efeitos desejados”. Mas é fácil pensarmos em exemplos disso quando nos dedicamos a analisar os currículos existentes. Quando as políticas curriculares querem, por exemplo, silenciar ou apagar as discussões de gênero e sexualidade há uma evidente tentativa de dizer que as subjetividades, os modos de vida e a cultura das pessoas que não se adequam às normas generificadas e sexualizadas não importam. De modo correlato, isso ocorre quando fazem o mesmo com os saberes afro-brasileiros e indígenas. Historicamente o currículo foi produzido com/para/sobre um sujeito universal. “Um sujeito, por excelência, masculino, branco e heterossexual. Um sujeito no qual estão centradas as leis, as políticas, as instituições” (Freitas, 2018, p. 118). Assim, temos, um sujeito que, “por sua própria definição e por sua pretensão de universalidade, exclui uma porção de outros sujeitos, muitas vezes tidos como impensáveis, inviáveis, ininteligíveis” (Freitas, 2018, p. 118). Há, portanto, ordenamentos, organizações,

selecionamentos, enquadramentos, estruturações e divisões nos currículos para, de alguma forma, tentar assegurar que os corpos sejam educados e as subjetividades produzidas de acordo com as normas instituídas.

Nas pesquisas em que operamos com ferramentas da análise de discurso como metodologia, o conceito de posições de sujeito tem sido utilizado porque procuramos identificar nos discursos a “[...] posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (Foucault, 1972, p. 109). A posição de sujeito é um lugar vazio, disponibilizado em um determinado discurso, para que um indivíduo ocupe. Ele pode fazer isso, quando, de alguma forma, adere ao que é dito e demandado discursivamente. Essa ocupação é sempre provisória e muito frágil. Sistemáticamente, um indivíduo é demandado a ir ocupando diversas posições ao longo da vida, muitas vezes até mesmo posições conflitantes. Um discurso, na perspectiva foucaultiana, produz aquilo sobre o que fala e uma das produções desse discurso se refere ao modo como os indivíduos são ali nomeados e como eles podem se tornar reconhecidos por aquele discurso.

Uma posição de sujeito se refere, então, àquilo que o discurso demanda que seja produzido explicitamente, até porque, nessa perspectiva, o discurso nada oculta. Tudo nele está visível, cabendo ao/à analista evidenciar como isso acontece, descrevendo detalhadamente esse discurso, mostrando o que ele demanda, explicitando as estratégias adotadas para validar determinadas posições. Ao mesmo tempo, cabe também verificar que posições estão sendo negadas, o que está sendo apresentado como contraexemplo para afirmar uma posição como verdadeira. Assim, nomear as posições de sujeito que emergem em um currículo, aquilo que se define que os indivíduos devem ou não fazer, os modos que são aceitos e os que não são aceitos e as disputas que se estabelecem nos currículos tem nos ajudado a ver as posições que cada indivíduo deve ocupar para ser o sujeito que um currículo quer.

As posições de sujeito têm a ver com o que Foucault nomeia como processos de objetivação, ou seja, aqueles que objetivam o indivíduo, dando a eles determinadas características ou marcas. Os discursos se constituem como um dos espaços de objetivação, já que eles são um “[...] campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (Foucault, 1972, p. 61). Além disso, as relações de poder-saber, como já falamos, também estão envolvidas no processo de produção de sujeitos, pois elas repartem o sujeito “[...] no seu interior e em relação aos outros” (Foucault, 1995, p. 231). Por meio de processos diversos, como as normas, as instituições que separam (prisões, hospitais, sanatórios), entre outras práticas divisoras, também se definem posições de sujeito, de tal forma que é possível afirmar que “[...] o indivíduo

é um efeito do poder” (Foucault, 2000b, p. 183), ou seja, as posições de sujeito são produzidas nas práticas que separam, dividem, incluem e excluem. Na análise dos currículos, identificar as relações de poder, além de possibilitar o entendimento acerca das lutas que se travam nos currículos em torno dos saberes, como falamos na Nota 1, também nos ajuda a entender que modos de ser e estar no mundo são considerados corretos e quais são incorretos. Nesse sentido, o currículo produz normas, enquadramentos e definições que um Foucault curricularista também se proporia a analisar.

A nossa preferência por usar, em algumas análises, o conceito de posições de sujeito, em vez de subjetividade ou sujeito, é porque entendemos que as posições se constituem como lugares ainda mais frágeis e provisórios do que uma subjetividade. Mesmo que, com as problematizações feitas ao conceito de subjetividade, essa seja também entendida como contingente, o conceito de posição traz essa característica de provisoriedade de forma mais acentuada. Ainda assim, nomear uma posição de sujeito demanda mapear, descrever e argumentar acerca do funcionamento de um discurso, de quais são suas marcas, características e de como ele demanda e produz alguém para ser sujeito desse discurso. Não se trata de algo dado, mas de algo continuamente construído nos discursos.

Além dos modos de objetivação, Foucault também analisou os modos de subjetivação, aqueles que exercemos sobre nós mesmos/as para nos tornarmos um determinado tipo de sujeito (Foucault, 1995). Além dos processos que objetivam, marcam, incluem e excluem, há também aqueles processos que somos incitados/as a realizar sobre nós, por meio de diferentes procedimentos para nos produzirmos. Para isso, de acordo com Foucault, precisam ser acionadas técnicas de si, um conjunto de procedimentos e táticas que não são exercidas do exterior para o indivíduo, mas que são disponibilizadas para que ele faça algo consigo mesmo ou, nas palavras de Foucault (1993, p. 207), trata-se de “[...] um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios”.

Nos currículos escolares, há uma série de momentos em que se prescrevem para o indivíduo exercícios e operações que eles precisam fazer sobre si para se modificar. O convite à reflexão após uma atitude considerada incorreta, a confissão e a exposição são exemplos de práticas nessa direção. Entretanto, muitas vezes, tais técnicas são utilizadas no sentido de mais uma vez enquadrar os indivíduos em subjetividades fixas e previamente definidas. Nesse sentido, atentar-se para os processos de subjetivação dispostos em um currículo é operar com as relações de poder para demonstrar as disputas por determinados modos de se constituir

sujeito, tornar visíveis as normas, as formas como elas operam para legitimar certas maneiras de existir e impedir outros. Em outras palavras, significa mostrar, analisar, discutir e problematizar os diferentes modos com os quais os indivíduos vão se constituindo em uma cultura por meio de jeitos específicos de um currículo funcionar.

Porém, caminhar em uma pesquisa com Foucault e currículos para pensar nos exercícios que somos incitados/as a fazer para nos transformar significa também buscar as possibilidades. Afinal, o que pode um currículo para além dos saberes e dos poderes, para além daquilo que está estabelecido como norma? Talvez a resposta, a partir das contribuições de Foucault, seja pensar nos *possíveis* para mapear e descrever como certos indivíduos escapam às prescrições, aos conhecimentos e saberes tidos como verdade, às normas que tentam definir como se deve ser. Talvez signifique pensar nas *vidas* que são passíveis de serem vividas em currículos, para além dos enquadramentos e fixações. Talvez indique nomear as existências que são conjuradas para tornar o currículo mais hospitaleiro aos diferentes modos de existir.

Pesquisar currículos com Foucault ou ficcionalizar um Foucault curricularista significa, assim, conectar currículo com os modos de vida, pois, como afirma Paraíso (2010b, p. 588), “[...] o que está em jogo em um currículo é a constituição de modos de vida, a tal ponto que a vida de muitas pessoas depende do currículo”. Um Foucault curricularista nos convida a pensar a vida e as possibilidades de modos de vida que podem emergir nos currículos. É isso que pretendemos mostrar na próxima nota que encontramos nos nossos rabinhos.

Nota 4: Implicar o currículo para compreender a vida como obra de arte

Certa vez, Foucault indagou “[...] mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não?” (Foucault, 1995, p. 261). Tendo em vista que todo currículo está centralmente envolvido na produção de modos de vida, como fazer com que o currículo veja, perceba, conceba e tome essas vidas como uma obra de arte? Tomar a vida como obra de arte significa não se preocupar em prescrever como cada um deve ser ou operar com técnicas de normalização, mas, antes, oportunizar um “[...] trabalho de nós sobre nós mesmos enquanto seres livres” (Foucault, 2000a, p. 348). Isso exige a “[...] criação permanente de nós mesmos em nossa autonomia” (Foucault, 2000a, p. 346).

Um ser livre que toma a si mesmo como objeto de problematização indaga-se: “Por que penso o que penso? Como me tornei o que sou?”. Se os processos de subjetivação estão ligados aos conhecimentos tornados verdade em um currículo, também esse indivíduo passa a pensar

nas posições de sujeito que ocupa e, a partir e com esses conhecimentos, questiona e tensiona o próprio currículo. Assim, “[...] ao abandonar ‘o valor’ das subjetividades plenas, unificadas e soberanas — bem como o de suas condutas diante do Bem e do Mal —, articulamos não mais regras codificadas do saber, nem regras coercitivas do poder, mas ‘regras facultativas’ na relação a si [...], éticas e estéticas, que produzem a invenção de novas possibilidades e de novos estilos de vida” (Corazza, 2001, p. 58).

Nesse sentido, um currículo para *estética da existência* que entende a vida como obra de arte não vê o sujeito como pronto, dado de uma vez por todas, unificado e coerente; não se preocupa em disponibilizar os conhecimentos tidos como universais e simplesmente aprovar em etapas seguintes do ensino ou em exames em larga escala ou provas localizadas, mas está empenhado em fazer cada sujeito pensar como se tornou o que se é e como pode tornar-se diferente do que se é e pensar diferente do que se pensa (Foucault, 2014c). Isso porque a boniteza da vida é sempre a possibilidade de se abrir para outras formas de pensar e ser.

Muitas vezes o que um currículo faz é normalizar os indivíduos, é excluir e operar com a necropolítica. Talvez uma pergunta de Corazza nos instigue a pensar nos efeitos disso em um currículo: “E se nossos ‘mais queridos’ sujeitos do currículo estiverem mostrando a miséria moral de seus modos de subjetivação, que teimam em julgá-los como ‘certos’ ou ‘errados’, ao invés de implicá-los em outra ética e estética da existência?” (Corazza, 2001, p. 74). A frase da autora nos provoca a pensar como a produção curricular pode abrir-se aos modos de subjetivação que não estão de acordo com a norma, num movimento de se conectar com um currículo vitalício. Não mobilizamos os conhecimentos que excluem, inviabilizam, silenciam esses outros modos de existir, mas buscamos mesmo estratégias para fazer o currículo viabilizar, hospedar e afirmar a vida em suas múltiplas formas.

Assim, um currículo comprometido com a vida como obra de arte não é um espaço seguro de fato, mas um campo aberto a encontros variados que muitas vezes pode ser arriscado, já que a cultura está cheia de arapucas e armadilhas para quem não vive conforme as normas, alinhados/as aos saberes universais. Mas, de alguma forma, esse currículo procura “[...] arriscar, assumir o risco da morte, que é estar viva/o. E, assim, realizar sua sina e situação de estar no mundo, viva/o, sem considerar-se um produto acabado” (Corazza, 2011, p. 21). Pensar a si mesmo/a como um corpo que pulsa aberto à novidade, aquilo que ainda se quer foi criado é uma maneira de também fazer um currículo corporificado com os corpos dissidentes. “Aqui, onde termina um certo conceito específico de subjetividade [...] novas histórias começam. As subjetividades do currículo têm agora a oportunidade de anunciar-se, de prometer-se, de

recomeçar-se: como a humanidade outra” (Corazza, 2011, p. 74-75). Esse seria o convite de um Foucault curricularista para produzir um currículo aberto às possibilidades e múltiplos modos de vida.

É fundamental ressaltarmos que os conceitos e as metodologias elaborados por Michel Foucault não foram concebidos como ferramentas com usos prescritos ou restritos a determinados temas ou objetos. O próprio autor resistia à ideia de uma aplicação fixa ou normativa de seu pensamento. Ainda que, no campo da pesquisa científica, persistam dúvidas e questionamentos sobre a pertinência de certos usos de sua obra, é precisamente essa abertura — que recusa rigidez e fechamento — que torna sua filosofia tão potente para a análise de múltiplas questões contemporâneas (Foucault, 2006).

O exercício de fixar os conceitos é um efeito das próprias relações de poder que tentam delimitar como devemos operar em nossas metodologias de pesquisas e com os conceitos e teorias que as inspiram. Em nossas pesquisas, mobilizamos algumas notas que nos parecem úteis para minimizar essas tentativas de controle. Dizemos, por exemplo, que fazemos nossas metodologias “inspirados/as no pensamento foucaultiano”; “operamos com determinados elementos da análise de discurso”, “articulamos os conceitos desenvolvidos por ele aos temas curriculares”. Assim, podemos ir fazendo bricolagens, montagens e composições conceituais e metodológicas que nos ajudam a conduzir nossas pesquisas, a partir e com o problema/questão de pesquisa criados, articulados a conceitos foucaultianos.

A própria história - ou as condições de emergência de onde um problema investigativo é criado - impossibilita que as ferramentas e conceitos foucaultianos sejam aplicados, implementados seguindo passos e estratégias de um outro tempo, feito para e com outros problemas. Assim, ao ler as notas que aqui fazemos, devemos adotar a atitude de ser infiel a Foucault, no sentido de poder dar outros usos, modos e funções às ferramentas teóricas e conceituais deixadas por ele. É assim que esperamos que essas notas sejam lidas, embora saibamos que esses efeitos são incontrolados e que cada um/a fará a leitura que for mais conveniente aos seus desejos e suas pesquisas.

Considerações finais

Fabulamos, nestas considerações finais, como imaginamos que Foucault responderia à nossa provocação: “Foucault: curricularista?” Pretendemos, assim, mobilizar a marca humorística, sagaz e criativa que tantas vezes aparece nos escritos de Foucault para finalizar essa discussão, abrindo outras possibilidades de escrita, de conversas e de vidas.

Muitas vezes me perguntaram se eu poderia explicar um pouco melhor o que disse na aula anterior. Muitas vezes me pediram para explicar por que o poder não é apenas repressivo. Algumas vezes me pediram para dizer como poderia ser feita uma análise de tal ou qual coisa utilizando os meus conceitos. Mas agora extrapolaram muito porque inventaram que eu posso ser curricularista. Logo eu, que só falei de educação de passagem, no contexto mais amplo das análises que fazia sobre outros fenômenos, como o poder disciplinar, por exemplo. Logo eu, que tantas vezes pedi para não me colocarem em uma caixinha, afirmando que eu era historiador, marxista, estruturalista, pós-estruturalista, filósofo, epistemólogo. Logo eu, que aconselhava que usassem meus conceitos como ferramentas que fossem úteis para cada um/a que os utilizava, sem pretender dar respostas universalistas para os diferentes fenômenos, que queria que meus livros fossem como bombas que se dissipam após serem usadas.

Como professor no Collège de France, tive a oportunidade de realizar a seleção de conteúdos que desejava ensinar. Com a liberdade de cátedra e com as condições de trabalho que tinha, pude produzir, criar e experimentar diferentes saberes durante os cursos que ministrava. Mas isso está longe de fazer de mim um curricularista. Sou, no máximo, um professor que, como diz meu amigo Deleuze, é impregnado e ama os assuntos dos quais fala (Deleuze, 1988).

Mas não seria isso também ser esse tal curricularista que estão me chamando? Talvez, essa posição de sujeito curricularista que estão me chamando para ocupar esteja vinculada à produção de espaços de criação e circulação de saberes que amamos e que queremos ver divulgados e multiplicados em diferentes espaços. Ou talvez essa posição esteja atrelada a analisar as forças que emergem na escola, que tanto podem normatizar, quanto resistir ao que está instituído? Seria um sonho pensar que esse currículo seja um espaço heterotópico onde modos de subjetivação diversos são produzidos e onde se podem experimentar diferentes modos de vida?

Não sei, não sei... Acho que divago diante dessas possibilidades. Melhor deixar mais essa tentativa de fixação para lá. Afinal, não sou estruturalista, pós-estruturalista, socialista ou curricularista. Prefiro seguir com a máxima: “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo” (Foucault, 1972, p. 20).

Referências

AQUINO, Júlio Groppa. Foucault e a Pesquisa Educacional Brasileira, Depois de Duas Décadas e Meia. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 45-71, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/QYCd5S8cs78Qgw5yhv6C34c/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 04 jul. 2025.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Dispositivos da infantilidade e da antecipação da alfabetização no currículo do 1º ano do ensino fundamental**: conflitos, encontros, acordos e disputas na formação das crianças. 2016. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva; PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de poder-saber: conflitos e articulações entre o dispositivo de antecipação da alfabetização e o dispositivo da infantilidade. **Currículo sem fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 769-794, 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/caldeira-paraiso.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

CORAZZA, Sandra. TADEU, Tomaz. Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; CORAZZA, Sandra Mara. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 35-57.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze [vídeo]**. Entrevista concedida a Claire Parnet em 1988. Transcrição e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faced/tomaz>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DICIO. **Nota**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nota/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

EVANGELISTA, Gislene Rangel. **#CurriculodoFacebook**: denúncia da crise e demanda pela reforma do Ensino Médio na linha do tempo da escola. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Subversão e resistência no GT 23 da ANPED a partir de Michel Foucault. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 3, p. 815-835, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.54561>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000b. p. 179-191

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. *In*: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000c. p. 229-242

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 2, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FREITAS, Daniela Amaral Silva. Relações de gênero nos kits de literatura afro-brasileira distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: razão e emoção para regular corpos na literatura infantil. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, , 2018. p. 115-137.

FREITAS, Daniela Amaral Silva. **O discurso da educação escolar nas histórias em quadrinhos do Chico Bento**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LEAL, Rafaela Esteves Godinho. **Dispositivo de inovação no ensino superior**: a produção do docentis innovatus e discipulus iacto. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEAL, Rafaela Esteves Godinho. **A emergência do ensino orientado por dados digitais - datadriven na educação**: o dispositivo de hibridização algorítmico na docência universitária. 2025. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2025.

MOREIRA, Antonio Flávio. SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de. **“Cavalar sem sela”**: ensinamentos, demandas e incitações do currículo bareback em oposição às normas do uso do preservativo. 2021. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e mídia educativa brasileira**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007.

PARAÍSO, Marlucy. Currículo e Formação Profissional em Lazer. *In*: ISAYAMA, Helder. (Org.). **Lazer em estudo**: currículo e formação profissional. Campinas: Papyrus, 2010a, p. 27-58.

PARAISO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n. 140, p.



587-604, 2010b.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos: teorias e políticas**. São Paulo: Contexto, 2023.

SALES, Shirlei Rezende. **Orkut.com.escol@: currículos e ciborguização juvenil**. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Maria Carolina da Silva Caldeira. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8051730003649059>

Danilo Araújo de Oliveira. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Pesquisa Questões e Políticas de Currículo. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0463409625851892>

Rafaela Esteves Godinho Leal. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pedagoga da Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2113208419339798>

Como citar

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva; OLIVEIRA, Danilo de Araújo; LEAL, Rafaela Esteves Godinho. Notas de um Foucault curricularista para pensar territórios em disputa. **Revista Espaço Currículo**, v. 18, n. 2, e75031, 2025. DOI: 10.15687/rec.v18i2.75031.